



Licitação nº 126/2011 – Processo 1794/2011 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Setor requisitante: GESEG – Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços

Pregoeiro: HENRIQUE ESTEVES CAMPOLINA SILVA

Equipe de Apoio: Cristiane Maria Ribeiro Alves

Márcia Andrade Alves

Wilber Martins de Souza

Apoio Técnico: Marco Aurélio Bueno

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais torna público aos interessados que promoverá a presente licitação, cuja sessão ocorrerá no dia, horário e local abaixo mencionados, regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas Leis Estaduais de nº 13.994, de 18.09.2001, de nº 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 de 18.04.2008, de nº 44.630, de 3.10.2007, de nº 44.431, de 29.12.2006, pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa, pelo critério de julgamento do **menor preço mensal global do lote**.

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, conforme especificações contidas no Edital e em seus Anexos.

2. DA DATA DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. A sessão pública será iniciada às **09h:30m do dia 13.10.2011.**

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos de qualificação e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital, devendo entregar, na sessão pública:

- a) O envelope de proposta lacrado, no qual deverão constar, na parte externa, a identificação do licitante e o número da licitação, além dos dizeres: Envelope 01 – Proposta Comercial;
- b) Documentos de habilitação em envelope lacrado, no qual deverão constar, na parte externa, a identificação do licitante e o número da licitação, além dos dizeres: Envelope 02 – Habilitação; e
- c) Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

3.2. Não poderá participar da presente licitação o empresário individual ou a sociedade empresária:

- 3.2.1. em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.2. estrangeiro(a);
- 3.2.3. suspenso(a) de participar em licitação e impedido de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;
- 3.2.4. declarado(a) inidôneo(a) para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 3.2.5. em processo de recuperação judicial ou falimentar;
- 3.2.6. cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- 3.2.7. que incidirem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei federal nº 8.666/93
- 3.2.7.1. Aplica-se a exceção prevista no § 1º do art. 9º da Lei federal nº 8.666/93;
- 3.2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor ou dirigente deste Tribunal ou o responsável pela licitação, nos termos do art. 9º da Lei federal nº 8.666/93.



3.3. Deverá ser realizada consulta junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP para verificação dos impedimentos.

3.4. Não poderá participar da presente licitação o empresário individual ou a sociedade empresária que tenha em seus quadros de pessoal empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrado ou de servidor em exercício de cargos de direção ou de assessoramento da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau (Portaria TJMG nº. 1860/2005).

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No local, data e hora indicados neste Edital para a realização da sessão pública será realizado o credenciamento dos representantes legais dos licitantes, conforme modelo constante em anexo, acompanhado dos seguintes documentos:

4.1.1. Na condição de procurador: documento oficial de identidade e procuração pública ou particular com firma reconhecida, ou outro documento, na forma da lei, que comprove a outorga de poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame, expedidos pelo licitante;ou

4.1.2. Na condição de sócio ou dirigente da sociedade: documento oficial de Identidade e cópia do documento registrado no órgão de registro de comércio competente no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome do licitante;

4.2. A não apresentação dos documentos de credenciamento ou a sua incorreção não impedirá a participação do licitante no certame, porém, importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, a renúncia ao direito de interposição de recursos e à prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

4.3. Não será permitido ao mesmo credenciado representar mais de um licitante nesta licitação;

4.4. Não será permitido mais de um credenciado para o mesmo licitante.

4.5. O licitante enquadrado na condição de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP que desejar obter os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06 e disciplinados no Decreto Estadual nº 44.630/07, deverá declarar ou comprovar tal condição, quando do seu credenciamento.

5. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

5.1. A proposta comercial poderá ser elaborada conforme modelo em anexo, obedecidas as especificações previstas no Termo de Referência em anexo.

5.2. Na proposta comercial deverão constar os seguintes elementos:

a) razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a proposta comercial e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e fax, e-mail (se houver), bem como o nome do banco, número da conta e a respectiva agência na qual deseja receber seus créditos;

b) preços em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta;

c) data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura;

5.3. Apresentação das Planilhas de Formação de Custos da contratação.

5.4. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta dias), a contar da data da sua apresentação.

5.5. A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

5.6. A apresentação da proposta implica a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.7. A Administração não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste Edital.

6. DA SESSÃO DO PREGÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, após o credenciamento, o pregoeiro declarará aberta a sessão e apresentará aos presentes os esclarecimentos sobre a condução do



certame, recebendo de cada licitante os envelopes de habilitação e proposta e a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

6.1.1. Declarada aberta a sessão pública, não serão credenciados novos licitantes.

6.2. Em seguida, dar-se-á início a abertura dos envelopes de propostas comerciais, sendo classificadas somente as que estiverem em conformidade com este Edital.

6.3. A proposta única poderá ser aceita desde que atenda a todos os termos deste Edital e que o preço seja compatível com os praticados no mercado.

6.4. As propostas classificadas serão ordenadas em ordem crescente a partir da de menor preço, selecionando-se para a etapa de lances aquelas que tenham apresentado valores superiores em até 10% (dez por cento), relativamente àquela de menor preço.

6.4.1. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as próximas três melhores propostas subsequentes.

6.5. O Pregoeiro convidará os licitantes selecionados, individualmente e de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço.

6.6. Poderão ser ofertados lances intermediários, na hipótese do ofertante declarar impossibilidade de cobrir o menor preço, que ficarão registrados em ata e servirão, inclusive, para definir a ordenação das propostas, depois de concluída a etapa de lances.

6.7. O Pregoeiro poderá acordar com os licitantes selecionados para a etapa de lances valor de redução ou percentual mínimo entre os lances e o tempo máximo para sua formulação.

6.8. Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.9. Caso o sistema informatizado de realização do pregão não defina automaticamente a classificação de propostas iniciais com preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.10. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da continuidade da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

6.11. Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a compatibilidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

6.12. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, todos os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, procedendo-se da seguinte forma:

a) a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, sob pena de preclusão do direito de desempate;

b) não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.13.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

6.14. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

6.15. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante detentor da melhor oferta que demonstre a exequibilidade de seus preços, observando o procedimento disposto no Decreto Estadual nº 44.786/2008.

6.16. Sendo aceitável a oferta de menor preço, o Pregoeiro conferirá a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado e verificará o atendimento das condições fixadas neste Edital.



7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, os licitantes apresentarão documentos em original ou cópias legíveis autenticadas no cartório competente e, na hipótese de cópia não autenticada, o licitante deverá apresentá-la acompanhada do documento original para conferência de sua autenticidade.

7.1.1. Documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

7.2. A habilitação jurídica, a regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira serão comprovadas por meio do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF ou pelo SICAF. O licitante deverá apresentar documentação atualizada para habilitação quando os documentos integrantes destes Certificados estiverem vencidos.

7.3. Os Certificados de Registro Cadastral poderão ser substituídos pelos documentos abaixo listados, válidos e regulares, os quais deverão obrigatoriamente ser apresentados, na hipótese de não constarem no CAGEF ou no SICAF.

7.3.1. Para a **Habilitação jurídica**:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da eleição da diretoria em exercício;
- d) Certidão emitida por Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de ME ou EPP.

7.3.2. Para a **Regularidade fiscal**:

- a) Prova de inscrição no CPF (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica);
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - RFB/PGFN) Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, emitida há no máximo de 06 (seis) meses, se outro prazo de validade não constar do documento;
- c) Certificado de regularidade junto ao **FGTS**;
- d) Certidão de regularidade junto ao **INSS**;
- e) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.3.3. Para a **qualificação econômico-financeira**:

- a) **Certidão de Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

II. Sociedades comerciais e sociedades submetidas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP) (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou outro órgão equivalente.

II.1. No caso de pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último exercício;



III. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou outro órgão equivalente.

IV. O Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

V. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser **iguais ou maiores que 01 (um)**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

V.1. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em Memorial de Cálculos juntada ao Balanço.

c) Comprovação de possuir, até a data da publicação deste edital, patrimônio líquido no valor mínimo correspondente a 10% do valor total estimado para esta contratação, constantes nas planilhas anexas a este edital.

c.1) Na hipótese da apresentação da Declaração de Imposto de Renda da pessoa jurídica do último exercício, previsto neste subitem, a comprovação do patrimônio líquido poderá ser feita mediante a apresentação de outro instrumento legal.

7.3.4. Para a **qualificação técnica**

a) Registro ou inscrição da empresa prestadora dos serviços na entidade profissional competente (Conselho Regional de Administração – CRA);

b) **Capacidade Técnico-profissional:** Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CRA, comprovando este vínculo através de Carteira de Trabalho ou Ficha de Registro de Empregado. Para sócio da empresa será exigido o Estatuto ou contrato social.

c) **Capacidade Técnico-operacional:** Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no CRA, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto ora licitado. Será admitido o somatório de atestados para a obtenção do quantitativo total solicitado do lote, desde que pelo **menos 01 (um) atestado contemple 40% (quarenta por cento) do efetivo a ser contratado**.

7.4. **Declaração** de inexistência, em seu quadro de pessoal, de trabalhadores menores, na forma do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo em anexo.

7.5. Todos os documentos deverão ter vigência, no mínimo, até o dia previsto para a realização da sessão pública, sendo que, inexistindo prazo de validade expresso, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias consecutivos, contados de sua expedição, exceto Certidão de Falência, ou Recuperação Judicial, cuja validade será de 60 (sessenta) dias consecutivos contados de sua expedição.

7.6. Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro, a verificação das informações e a obtenção de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo.

7.6.1. Tal possibilidade de consulta não constitui direito do licitante e o Tribunal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.



7.7. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.7.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal para as ME e EPP, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do TJMG, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.7.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal, por igual período, dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

7.7.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos dois dias úteis inicialmente concedidos.

7.7.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.8. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.9. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do seu ofertante, até a seleção de proposta que atenda ao Edital.

7.10. O licitante declarado vencedor, independente de alteração do valor da proposta inicial, deverá encaminhar no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após encerrada a sessão pública, Proposta Comercial Readequada conforme modelo constante em anexo.

7.11. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz.

7.12. O Tribunal manterá em seu poder, por meio da Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP, os envelopes de habilitação dos demais licitantes, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, após a homologação da licitação, devendo os licitantes retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8. DO RECURSO

8.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso.

8.1.1. Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contrarrazões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente.

8.1.2. O encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito e protocolizado no **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, das 08:00 às 18:00 h, na Rua dos Timbiras, 1802, Bairro Centro – Belo Horizonte/MG.**

8.1.3. O licitante poderá apresentar as razões do recurso na própria sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo pelo Pregoeiro na respectiva ata.

8.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso.

8.3. Após o término da sessão, será assegurada vista imediata dos autos a todos os licitantes.

8.4. O recurso terá efeito suspensivo, exceto quando manifestamente protelatório ou quando o pregoeiro puder decidir de plano.

8.5. Os recursos serão decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis pela autoridade competente.

8.5.1. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. O procedimento de adjudicação é atribuição do Pregoeiro, quando não houver recurso, ou, quando interposto, for acolhido pelo próprio Pregoeiro;



9.2. Decididos os recursos pela autoridade competente do TJMG e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a própria autoridade adjudicará o objeto da licitação ao vencedor e homologará o processo para determinar a contratação;

9.3. Havendo ou não interposição de recurso, a homologação é atribuição da autoridade competente do TJMG.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação da presente licitação, o licitante vencedor será convocado pela DIRSEP para assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, na forma prevista em anexo, nesta Diretoria, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado, uma vez, por igual período, desde que formalmente solicitado e justificado durante o seu transcurso, mediante aprovação do Tribunal.

10.2. Quando o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar o instrumento equivalente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação para, feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.3. O Contrato ou instrumento equivalente a ser firmado com o licitante vencedor incluirá as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, além de outras fixadas na proposta vencedora e necessárias à fiel execução do objeto licitado, conforme minuta em anexo.

10.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o Contrato com o TRIBUNAL para qualquer espécie de operação financeira.

10.5. Os prazos, a forma de pagamento e os critérios de reajustes dos preços e de recebimento do objeto são os previstos em anexo.

11. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1. Garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderá ser aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, a qual será registrada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CAFIMP, por período de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o TJMG, sem prejuízo da multa prevista neste Edital, àquele licitante que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou documento equivalente;
- f) Comportar-se de modo inidôneo; ou
- g) Cometer fraude fiscal.

11.2. Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante estará sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da sua proposta originária.

12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá solicitar esclarecimentos, ou impugnar o ato convocatório do pregão mediante petição, dirigida à GECOMP, devendo protocolizá-la na Rua Timbiras nº 1.802, Centro, Belo Horizonte/MG, observado o horário de funcionamento do TJMG.

12.1.1. Caberá à **Gerência de Compras de Bens e Serviços - GECOMP** decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da sua protocolização, apoiado pelo setor técnico responsável pela elaboração do edital ou pelo órgão jurídico, conforme o caso.

12.1.2. Os pedidos de esclarecimentos, obedecido o prazo previsto neste Edital, deverão ser encaminhados à GECOMP/COALI pelo e-mail gecomp.coali@tjmg.jus.br ou pelo fax (31) 3224-2816.

12.1.3. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 3249.8033 e 3249.8034.



12.1.4. As respostas a esclarecimentos, impugnações, recursos e a comunicação dos demais atos serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br, por meio do link “Licitações”, para conhecimento dos interessados em participar do certame, cabendo a estes acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas referentes à execução do Contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria do Tribunal, na classificação orçamentária **3.3.90.37.02 – Locação De Serviços De Apoio Administrativo.**

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do pregão com o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços ofertados, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos além de outros registros pertinentes.

14.2. É facultado ao Pregoeiro, no interesse da Administração:

- a) em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões;
- c) sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação;
- d) negociar diretamente com o detentor da melhor oferta, para que seja obtido preço mais favorável, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital, nas hipóteses previstas no inciso XXVI do art. 12 do Decreto estadual nº 44.786/2008.
- e) suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes, caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação.

14.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e que justifique tal conduta, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros ou do próprio pregoeiro, mediante decisão escrita e fundamentada, de acordo com o art. 17 do Decreto Estadual nº 44786/2008.

14.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.5. Suspenso o expediente no TJMG nas datas previstas neste Edital, estas ficam automaticamente prorrogadas para o mesmo horário do primeiro dia útil de expediente.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital:

- Anexo I – Quantitativo de Profissionais
- Anexo II – Total de Ocupações por Área
- Anexo III – Relação de Endereços para a prestação de serviços
- Anexo IV – Especificações Técnicas
- Anexo V – Memória de Cálculo dos Custos da Contratação
- Anexo VI – Planilhas Estimativas de Custos e Composição de Preços da Contratação
- Anexo VII – Planilhas Estimativas de Uniformes e EPI's
- Anexo VIII – Relatório de Acompanhamento de Serviços
- Anexo IX – Relatório de Acompanhamento Mensal das Substituições dos Profissionais
- Anexo X – Formulário Relatório de Viagem – Prestação de Contas
- Anexo XI – Formulário Autorização de Viagem
- Anexo XII – Termo de Referência
- Anexo XIII – (MODELO) Declaração de Menor Empregado
- Anexo XIV – (MODELO) Proposta Comercial Readequada
- Anexo XV – Minuta de Contrato



14.8. Cópia deste Edital e informações sobre o andamento desta licitação estarão à disposição dos interessados no sítio www.tjmg.jus.br ou na **Rua dos Timbiras, nº 1.802, Centro, Belo Horizonte/MG**.

14.9. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2011.

TJ 3779-6

Maria da Conceição Gabriche S.Menezes
Gerente de Compra de Bens e Serviços



ANEXO XIII – (MODELO) DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO

(Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

PESSOA JURÍDICA

(Licitação nº 126/2011)

_____ (inserir a razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____ (nome do representante), portador(a) do Documento de Identidade nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei a situação regular no que se refere à observância das vedações estabelecidas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

_____, ____ de _____ de 2011.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa

PESSOA FÍSICA

(Licitação nº 126/2011)

_____ (nome do licitante), portador(a) da Documento de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, a situação regular no que se refere à observância das vedações estabelecidas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

_____, ____ de _____ de 2011.

Assinatura do responsável
Nome do responsável



ANEXO XIV – (MODELO) PROPOSTA COMERCIAL

Pregão nº: 126 /2011

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

| | |
|-----------------------|-----------------|
| Razão Social: | |
| CNPJ: | CRC: |
| Endereço: | Nº |
| Bairro: | Cidade: |
| CEP: | E-mail: |
| Telefone: | Fax: |
| Banco: | Conta Bancária: |
| Nome e nº da agência: | |

| LOTE | PREÇO GLOBAL MENSAL DO LOTE (EM REAIS) | PREÇO GLOBAL ANUAL DO LOTE (EM REAIS) |
|-------|---|--|
| ÚNICO | R\$ | R\$ |
| TOTAL | R\$ | R\$ |

Observações:

- 1 – Os preços ofertados deverão referir-se à integralidade do objeto contratual.
- 2 – Havendo divergência entre os valores informados nas planilhas e o preço global, informado acima, prevalecerá este.
- 3 - Prazo de validade da proposta: no mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.

Local e data.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa



ANEXO XV

GECONT/CONTRAT
Ct. nº. XXX/2011

CONTRATO

de prestação de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, Contratante e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, Contratada.

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte na Av. Afonso Pena nº. 1420 e na Rua Goiás nº. 229, CNPJ nº 21.154.554/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, a seguir denominado **TRIBUNAL**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, com sede em XXXXXXXXX/XX, na XXXXXXXXXXXXXXXX, nº. XXXX, Bairro XXXXXXXX, CNPJ nº. XXXXXXXXX, representada por seu XXXXXXXX, Sr. XXXXXXXXX, CPF nº. XXXXXXXXX, a seguir denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato decorrente do **Processo nº. 1794/2011 – Licitação nº. 126/2011 – Pregão Presencial**, regido pelas Leis Estaduais de nº. 13.994, de 18.09.2001, de nº. 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 de 18.04.2008 de nº. 44.431, de 29.12.2006 (e alterações posteriores), com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.1993, além das demais disposições legais aplicáveis e às Cláusulas deste.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente Contrato é a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos termos dos **Anexos** abaixo relacionados, bem como da proposta da CONTRATADA apresentada à Licitação nº. 126/2011 – Pregão Presencial, parte integrante e inseparável deste instrumento.

| | |
|------------|--|
| Anexo I | Quantitativo de Profissionais |
| Anexo II | Total de Ocupações por Área |
| Anexo III | Relação de Endereços para Prestação de Serviços |
| Anexo IV | Especificações Técnicas |
| Anexo V | Memória de Cálculo dos Custos da Contratação |
| Anexo VI | Planilhas Estimativas de Custos e Composição de Preços da Contratação |
| Anexo VII | Planilha Estimativa de Uniformes e EPI's |
| Anexo VIII | Relatório de Acompanhamento de Serviços |
| Anexo IX | Relatório de Acompanhamento Mensal das Substituições dos Profissionais |
| Anexo X | Formulário Relatório de Viagem – Prestação de Contas |
| Anexo XI | Formulário Autorização de Viagem |
| Anexo XII | Termo de Referência |

CLÁUSULA SEGUNDA: Caberá à CONTRATADA executar os serviços por meio de profissionais capacitados do seu quadro próprio de pessoal, que preencham, no mínimo, os requisitos constantes do **ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste contrato.

2.1. Executar a prestação dos serviços observando as normas regulamentadoras prescritas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação complementar, além dos dispositivos contidos nas Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho pactuados entre os Sindicatos que abrangem as categorias profissionais envolvidas nesta contratação.

2.2. O quantitativo dos serviços está disposto no **ANEXO I – QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS E ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA**.



DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a prestação dos serviços deverão ser observadas as seguintes disposições:

3.1. Qualquer modificação dos salários praticados nesta contratação somente será permitida quando ocorrer alteração do piso da categoria profissional, em decorrência de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, bem como por autorização do Tribunal, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios que deveriam ter sido previstos originariamente.

3.1.1. Constitui obrigação da CONTRATADA adequar as jornadas de trabalho estipuladas neste contrato, quando detectado que as mesmas são superiores à estabelecida para a categoria profissional nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

3.2. JORNADA DE TRABALHO: A jornada de trabalho para cada ocupação está prevista no **ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste contrato.

3.2.1. A forma de cumprimento da jornada de trabalho pelos profissionais alocados será determinada pela CONTRATADA, mediante orientação do TRIBUNAL, conforme peculiaridades do local da prestação de serviços nos termos descritos no **ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste contrato.

3.2.2. A CONTRATADA deverá submeter-se às condições contratuais, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos pelo TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas, e ao controle da presença e permanência dos profissionais em serviço e, ainda:

3.2.3. Assegurar que os profissionais não executem os serviços em dias e/ou horários distintos dos previamente estabelecidos, bem como que cumpram integralmente a jornada e os horários fixados para a prestação de serviços ao TRIBUNAL, em conformidade com as leis trabalhistas, vedada à alteração do horário de trabalho sem autorização dos FISCALIS do contrato.

3.2.4. Exercer, por meio de seu PREPOSTO, controle diário da frequência e pontualidade dos profissionais alocados, visando ao fiel desempenho das atividades contratadas, independente do acompanhamento do TRIBUNAL.

3.2.5. Assegurar que a jornada de trabalho seja cumprida integralmente no local onde o profissional alocado presta serviços, permitida a ausência somente em situações previstas em lei, mediante a imediata substituição para assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

3.2.6. Assegurar, na jornada normal de trabalho, o cumprimento de horas extras programadas, bem como aquelas executadas em atendimento a outras situações inadiáveis, excepcionais ou atípicas, devidamente justificadas, desde que previamente autorizadas, por escrito, pela COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS GERAIS - COSERG.

3.2.6.1. Observar, na hipótese de aprovação da realização de horas extras, os limites, diário e mensal, máximos estabelecidos nas normas trabalhistas aplicáveis e em acordos ou convenções coletivas de trabalho das categorias profissionais do objeto deste contrato.

3.2.7. Proibir a prorrogação da jornada normal de trabalho do profissional alocado, que não esteja previamente autorizada, por escrito, pela COSERG.

3.2.7.1. Na hipótese da ocorrência de prestação de serviços extraordinários sem autorização, as horas extras serão objeto de compensação.

LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA: A relação dos prédios e respectivos endereços para a prestação de serviços é a constante do **ANEXO III – RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** deste contrato.

4.1. A distribuição do efetivo de pessoal nos locais da prestação de serviços poderá ser alterada de acordo com as necessidades administrativas do TRIBUNAL e será determinada pela GESEG, ficando qualquer outra alteração sujeita à sua prévia análise e aprovação.



DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINTA: Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93, fica designado como GESTOR do contrato pelo TRIBUNAL, o servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente, da Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais - GESEG.

5.1. Em atenção à mesma disposição legal, o TRIBUNAL designa para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, na qualidade de FISCAIS, os servidores efetivos ocupantes dos cargos de Coordenador, na COSERG e na COSEC.

5.2. Durante o período de vigência contratual, a CONTRATADA deverá manter, diariamente, entre 08 e 19 horas, pelo menos um PREPOSTO, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, bem como para gerenciar os profissionais envolvidos na prestação de serviços, conforme previsto no art. 68 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2.1. A indicação do PREPOSTO pela CONTRATADA ocorrerá por meio de declaração escrita, contendo o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à qualificação profissional do empregado indicado.

5.2.2. Na qualidade de representante administrativo da CONTRATADA, o PREPOSTO terá competência para receber comunicações, prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e tomar decisões sobre a execução do contrato, devendo reportar-se unicamente ao GESTOR e/ou FISCAIS do contrato.

5.3. O PREPOSTO, indicado pela CONTRATADA deverá comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, devendo para tanto:

- a) Garantir o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não devem ser interrompidos ressalvados os casos de força maior, justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo TRIBUNAL;
- b) Administrar todo e qualquer assunto que envolva a prestação dos serviços nas dependências do TRIBUNAL;
- c) Estar sempre em contato com os órgãos de fiscalização do TRIBUNAL, adotando as providências requeridas quanto à execução dos serviços;
- d) Cuidar da disciplina dos profissionais alocados, diligenciando para que os mesmos executem unicamente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, conforme exigências previstas no **ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, observando-se as peculiaridades dos serviços, com vistas a assegurar a perfeita execução dos serviços e evitar o desvio de função;
- e) Diligenciar para que os profissionais alocados não se afastem de seus afazeres, principalmente para atender a chamados, ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- f) Garantir que seus profissionais ajam com cordialidade e respeito quando do atendimento ao público interno e externo;
- g) Comunicar ao TRIBUNAL, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada no local da prestação dos serviços;
- h) Avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, do TRIBUNAL, ou de terceiros;
- i) Apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;
- j) Prestar esclarecimentos, independentemente de solicitação, sobre outros eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA;
- k) Encaminhar à COSERG e/ou à COSEC todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços.

5.4. Para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, todos os edifícios do TRIBUNAL deverão ser visitados pelo PREPOSTO indicado pela CONTRATADA, pelo menos uma vez a cada mês e sempre que solicitado por este TRIBUNAL.

5.4.1. O PREPOSTO indicado pela CONTRATADA poderá delegar essa atribuição de visitar os edifícios do TRIBUNAL a SUPERVISORES que não pertençam ao quadro de terceirizados cedidos ao TRIBUNAL, através da presente contratação.



5.5. A Contratada deverá encaminhar para a COSEC:

5.5.1. Trimestralmente: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS (ANEXO VIII), atestando as condições da prestação dos serviços e, se for o caso, sugerindo melhorias e destacando as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual.

5.5.2. Mensalmente: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DAS SUBSTITUIÇÕES DE PROFISSIONAIS, conforme modelo constante do **ANEXO IX** –, atestando as condições das substituições de profissionais.

5.6. Os relatórios descritos acima deverão ser preenchidos, de maneira concisa e clara, pelo superior hierárquico da unidade que recebe os serviços, ou por responsável por ele designado, no âmbito da Secretaria do TJMG, e pelo Juiz Diretor do Foro ou, também, por representante indicado por esse, na esfera da Justiça de Primeira Instância, bem como visado pelo PREPOSTO da CONTRATADA ou por SUPERVISOR por ele designado.

5.7. Disponibilizar para seus empregados números telefônicos para localização imediata de seu PREPOSTO, bem como fornecer números telefônicos, correio eletrônico, *Pager*, ou outros meios legalmente eficazes, para contato das unidades administrativas com o PREPOSTO, ainda que fora do expediente normal de trabalho, sem quaisquer custos adicionais para o TRIBUNAL.

5.8. Manter escritório administrativo na Capital do Estado de Minas Gerais.

5.9. O TRIBUNAL comunicará, por escrito, as deficiências e as irregularidades de qualquer natureza porventura verificadas na execução dos serviços e no descumprimento de cláusulas contratuais, que sejam de responsabilidade da CONTRATADA, estabelecendo prazo para as correções, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.10. Os FISCAIS indicados pelo TRIBUNAL deverão reportar-se, preferencialmente, ao PREPOSTO indicado pela CONTRATADA, ou a seus procuradores, quando se tratar de ciência das ocorrências e de assuntos relacionados à administração da execução do contrato.

5.11. A administração e a fiscalização do TRIBUNAL não farão cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

5.12. A ocorrência de danos ou irregularidades na execução do contrato não implicará co-responsabilidade do TRIBUNAL.

5.13. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o TRIBUNAL se reserva o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou pelos FISCAIS designados.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA SEXTA: Constituem obrigações das partes:

6.1. DO TRIBUNAL:

6.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato.

6.1.2. Fiscalizar, por meio de seus servidores designados, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo TRIBUNAL, não devem ser interrompidos.

6.1.3. Expedir ao PREPOSTO da CONTRATADA, por meio da COSERG e da COSEC, autorização escrita para início da execução dos serviços.

6.1.4. Transmitir ao PREPOSTO da CONTRATADA, por meio da COSEC, conforme o caso, as instruções necessárias à realização dos serviços.

6.1.5. Elaborar cronograma de execução de serviços, por meio da COSERG e/ou da COSEC, estabelecendo a programação da execução das atividades, bem como as respectivas alterações, observada a necessidade e conveniência administrativa.

6.1.6. Disponibilizar o local para a execução dos serviços.

6.1.7. Notificar a CONTRATADA para que esta coloque dentro da sua rotina dos serviços prestados pelos seus profissionais, a verificação e o desligamento das luzes das salas desocupadas após as 18h30min.



6.1.8. Permitir e assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso e a movimentação dos profissionais da CONTRATADA às instalações onde os serviços serão prestados, desde que devidamente uniformizados, quando for o caso, e identificados por meio de crachá.

6.1.9. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços.

6.1.10. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários à plena execução do objeto deste Contrato.

6.1.11. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para corrigi-la.

6.1.12. Comunicar à CONTRATADA, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com os profissionais alocados por ela.

6.1.13. Efetuar os pagamentos mensais devidos pela execução dos serviços, cumprindo os prazos determinados, desde que observadas as formalidades legais e exigências deste Contrato.

6.1.14. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme, crachá, equipamentos e/ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

6.2. DA CONTRATADA, além daquelas descritas no ANEXO XII deste Termo:

6.2.1. Cumprir as especificações previstas no **ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** e, ainda:

6.2.2. Implantar, a partir da data prevista na “Autorização de Início da Prestação de Serviços”, a execução e supervisão permanente das atividades, nos locais relacionados no **ANEXO II – TOTAL DE OCUPAÇÕES POR ÁREA** deste Contrato, observando os horários e a programação de execução, bem como as respectivas alterações, segundo cronograma elaborado pela COSERG, e pela COSEC.

6.2.3. Comunicar imediatamente à COSERG, através de correspondência formal, indicando o motivo para a devida apreciação e aprovação, quando houver impossibilidade de observar o prazo estipulado pelo TRIBUNAL previsto no subitem 6.2.2.

6.2.4. Executar os serviços em conformidade com a programação e orientação estabelecidas pelo TRIBUNAL, primando pela eficiência e cordialidade, qualificando e orientando os seus empregados para que se comportem com postura profissional e apresentem padrões de eficiência e higiene compatíveis com a prestação dos serviços especificados neste contrato.

6.2.4.1. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos, sejam humanos ou materiais, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação do TRIBUNAL.

6.2.5. Selecionar, preparar e encaminhar os profissionais integrantes e o seu quadro funcional próprio, em quantidade suficiente e qualificação necessária à execução dos serviços requisitados pelo TRIBUNAL, observada as disposições constantes do, **ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, e as condições mínimas estabelecidas neste contrato, sendo obrigatória a observância do devido processo de recrutamento e seleção.

6.2.5.1. Qualquer remanejamento de profissional da CONTRATADA ficará condicionado à autorização, por escrito, da GESEG conforme o caso.

6.2.5.2. Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do Contrato de trabalho de seus profissionais, todos os exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao TRIBUNAL, quando houver solicitação formal do GESTOR ou de qualquer um dos FISCAIS do Contrato.

6.2.6. Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão, quanto na demissão, como durante toda a vigência do contrato de trabalho de seus profissionais, todos os exames médicos exigidos, apresentando os atestados de sanidade física e mental ao TRIBUNAL, quando houver solicitação formal do GESTOR, ou de qualquer um dos FISCAIS do contrato.

6.2.7. Zelar pela disciplina dos profissionais alocados na prestação de serviços, que deverão obedecer às normas internas disciplinares e de segurança do TRIBUNAL, sendo vedado:

a) Qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas e bilhetes, a circulação de listas e pedidos de qualquer natureza;

b) A permanência dos profissionais cedidos nas dependências do órgão no qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho;



c) O consumo, ou guarda de bebidas alcoólicas nas dependências do TRIBUNAL, e;

d) O uso de uniforme quando não estiver prestando serviços.

6.2.8. Providenciar para que os profissionais envolvidos na prestação dos serviços assumam o posto com aparência pessoal adequada, observadas as regras de higiene pessoal, mantendo-os uniformizados, e devidamente identificados, através de crachás de acesso às dependências do TRIBUNAL.

6.2.9. Disponibilizar o profissional para a prestação de serviços nas dependências do **TRIBUNAL**, somente se o mesmo estiver devidamente uniformizado, nos casos em que for estabelecido o uso de uniforme.

6.2.10. Obedecer a norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

6.2.11. Apresentar a impressão do Certificado de Aprovação (item 6.9 e subitens da NR 6) de quaisquer dos EPI's efetivamente utilizados pelos empregados designados à execução dos serviços, quando solicitado pelo TRIBUNAL.

6.2.12. Fornecer, obrigatoriamente, sem ônus para os profissionais alocados, os uniformes e complementos adequados, conforme especificações, periodicidade e quantidades constantes do **ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste contrato.

6.2.13. Submeter previamente à análise do TRIBUNAL, através da COSEC, o modelo dos uniformes, para sua aprovação, ou proposição de alterações.

6.2.13.1. A entrega do conjunto de uniforme deverá ser realizada na sua totalidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início da prestação de serviços.

6.2.13.2. Cada entrega do conjunto de uniformes far-se-á mediante “Recibo de Entrega” assinado pelo profissional cedido, elaborado em três vias, sendo uma para a CONTRATADA, uma para o empregado alocado e uma a ser encaminhada à COSEC.

6.2.13.3. A critério do TRIBUNAL, mediante comprovação formal da necessidade, poderão ser fornecidos uniformes e complementos aos profissionais alocados em outra periodicidade que não a prevista no **ANEXO IV – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** deste contrato.

6.2.14. Fornecer os crachás de acesso dos profissionais às dependências das unidades do TRIBUNAL, atendidas por esta prestação de serviços, serão confeccionados com fotografia recente do empregado e tarja magnética, conforme modelo previamente aprovado pela COSEC, devendo ser, obrigatoriamente, recolhidos e entregues à COSEC, no prazo máximo de 01 (um) mês do término do contrato de trabalho dos profissionais alocados nesta contratação.

6.2.15. Fornecer aos seus profissionais, sem repasse de qualquer ônus aos mesmos, todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e/ou Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC exigidos pelas normas de Segurança do Trabalho, ministrando treinamento de utilização, nos casos necessários, e obrigando-os a utilizá-los durante os serviços.

6.2.16. Encaminhar à COSEC, até o décimo primeiro mês de vigência contratual, na hipótese de manifestação formal das partes para prorrogação do contrato, escala com o período de usufruto das férias regulamentares de todos os profissionais alocados.

6.2.16.1. A escala de férias deverá ser elaborada de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos habituais.

6.2.17. Registrar, mediante solicitação da COSEC, as ocorrências e efetuar as substituições dos profissionais que entrarem em férias.

6.2.18. Repor, no período de férias, a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, substituindo um profissional por outro. Caso o profissional manifeste o interesse em converter 1/3 (um terço) de suas férias em abono pecuniário, dentro do prazo legal, o seu substituto irá laborar por vinte dias, que, somados aos dez dias convertidos em abono pecuniário, totalizará os trinta dias que serão reembolsados pelo TRIBUNAL.

6.2.18.1. A COSEC poderá dispensar a reposição do substituto, o que deverá ocorrer até o 30º (trigésimo) dia que anteceder o início do período do gozo, pelo funcionário.

6.2.19. Encaminhar à COSEC, para fins de acompanhamento das substituições de profissionais em férias regulamentares, a relação contendo nome dos profissionais substituídos e substitutos e o recibo de concessão do aviso de férias.

6.2.20. Providenciar, quando solicitado pelo Tribunal, as substituições de profissionais que se ausentarem das atividades por licença-paternidade, licença-maternidade, licença-médica, ou outro afastamento legal.



6.2.21. Encaminhar, em todos os casos de substituição, os profissionais substitutos para os locais de trabalho mediante formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente: o nome completo do empregado substituto e do empregado substituído, a qualificação, a ocupação e jornada de trabalho, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição.

6.2.21.1. O formulário de apresentação do empregado substituto deverá ser elaborado em duas vias, sendo uma dirigida ao setor de prestação dos serviços, nos termos descritos acima, e outra à COSEC.

6.2.22. Substituir no prazo estipulado pelo TRIBUNAL, na autorização emitida pela GESEG, qualquer empregado em serviço, cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional, sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes, ou insatisfatórias, ou aqueles que, por qualquer forma, não satisfizerem as condições requeridas pela natureza dos serviços.

6.2.22.1. No cumprimento desse encargo, a CONTRATADA deverá assegurar que todo profissional que cometer falta disciplinar, ou não estiver atendendo ao serviço contratado, será retirado do local de trabalho ou quaisquer outras instalações do TRIBUNAL.

6.2.23. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços, abrangidos: os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais, os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos profissionais alocados, inclusive vale-transporte e vale-lanche.

6.2.24. Remunerar os profissionais de acordo com os salários definidos no **ANEXO VI – PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO** deste contrato, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

6.2.24.1. A CONTRATADA deverá excluir do faturamento mensal os dias de faltas não justificadas dos profissionais alocados, os salários daqueles que o TRIBUNAL colocar à sua disposição, e dos que receberem benefícios do INSS (licença-maternidade, auxílio-enfermidade, auxílio acidente do trabalho, etc.).

6.2.24.2. As despesas não previstas na planilha de custos, consignadas nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias profissionais alocadas na contratação, deverão ser calculadas no percentual da taxa de administração e detalhadas para devidos fins.

6.2.24.3. Efetuar o pagamento mensal direto na conta corrente dos seus profissionais, visto que não será permitido pagamento em espécie nas dependências do TRIBUNAL.

6.2.25. Fornecer vales-lanche, no valor facial de R\$ 7,00 (sete reais), que serão entregues no ato da admissão e depois no último dia de cada mês da prestação de serviços, observados os dias efetivamente trabalhados, deduzida a participação do profissional, no percentual de 20% (vinte por cento) do valor facial por mês, bem como as ausências decorrentes de férias, faltas, afastamentos legais e ou licenças, e as despesas com alimentação relacionadas à viagens custeadas pelo TRIBUNAL.

6.2.25.1. Na última hipótese, a CONTRATADA deverá fazer a compensação dos vales-lanche que não forem devidos, no mês subsequente à concessão das despesas com alimentação relacionadas a viagens custeadas pelo TRIBUNAL.

6.2.26. Providenciar, nos moldes previstos nas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, contratação de seguro de vida em grupo, com auxílio funeral e auxílio familiar para seus profissionais.

6.2.27. Encaminhar ao local de trabalho quaisquer comprovantes de pagamento devidos aos seus empregados, tais como: vale-transporte, vale-lanche, contra cheques, bem como o conjunto de uniformes, quando for o caso.

6.2.28. Fornecer o contra cheque aos empregados até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

6.2.29. Fornecer, por meio eletrônico, a relação nominal dos profissionais que atuarão junto ao TRIBUNAL, contendo os dados descritos abaixo, comunicando toda e qualquer alteração que venha a ocorrer posteriormente:

- a) - nome completo;
- b) - endereço residencial, telefone e e-mail, se houver;
- c) - registro profissional nas entidades afins, quando for o caso;
- d) - CPF, RG e PIS;
- e) - data de admissão pela CONTRATADA;



- f) - data de início da prestação de serviços no TRIBUNAL;
- g) - ocupação;
- h) - horário de trabalho; e,
- i) - local da prestação dos serviços.

6.2.30. Fornecer à COSERG, obrigatoriamente, no máximo até 30 (trinta) dias após assinatura deste contrato, relação informando a qual entidade sindical pertencem os funcionários que serão alocados para a execução do objeto deste certame, bem como as informações referentes às convenções coletivas e dissídios salariais.

6.2.31. Encaminhar, mensalmente, à GERÊNCIA DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INFORMATIZADOS – GESAD, os arquivos de dados com as informações constantes da folha de pagamento, bem como aquelas referentes a outros benefícios concedidos aos profissionais que prestam serviços através desta contratação, nos formatos estabelecidos pelo TRIBUNAL.

6.2.32. Enviar, mensalmente, à COSERG:

a) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados constantes do contrato. Relativamente aos seus documentos integrantes:

- I) Protocolo da Conectividade Social;
- II) Guia de Recolhimento do FGTS – GRF do mês de competência da prestação de serviços, e respectivo comprovante bancário de recolhimento;
- III) Relação de Empregado por Tomador de Serviços – RET (específico para o Tomador);
- IV) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP – RE, com resumo do fechamento (específico para o Tomador);
- V) Comprovante de Declaração à Previdência Social (específico para o Tomador);
- VI) Comprovante de Solicitação de Retificação para o FGTS, quando ocorrer;
- VII) Comprovante de solicitação de Exclusão, quando ocorrer;
- VIII) A REC, a RET, o Comprovante de Declaração à Previdência, a Confissão de Não Recolhimento de FGTS e de Contribuição Social, a Declaração de Ausência de Fato Gerador para Recolhimento FGTS, a Retificação/Protocolo de Dados do FGTS e o Comprovante/Protocolo de Solicitação de Exclusão, quando ocorrer, devem ser impressos para apresentação ao TRIBUNAL.

6.2.33. Sem prejuízo dos documentos exigidos neste contrato, o TRIBUNAL se reserva o direito de, quando assim entender necessário, conveniente e oportuno, solicitar a CONTRATADA, quaisquer outros documentos para fins de comprovação da regularidade e cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos profissionais que prestam, ou prestaram serviços em razão deste instrumento.

6.2.34. Apresentar os documentos no prazo estabelecido pelo TRIBUNAL.

6.2.35. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, efetuando-os de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e orientações do instrumento convocatório e seus anexos, reparando e corrigindo, às suas expensas, no total ou em parte, e no prazo fixado pelo TRIBUNAL, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

6.2.36. Cumprir fielmente este contrato, de modo que os serviços avançados se realizem com esmero e perfeição, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, bem como dos padrões de segurança, conforme Normas Regulamentadoras - NR da Portaria nº. 3.214, de 08/06/78, da Consolidação das Leis do Trabalho – C.L.T. e demais legislação concernente ao objeto contratado.

6.2.37. Observar as determinações constantes da Portaria nº. 3.214/78, e suas alterações posteriores, emitida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho/SESMET), quanto à obrigação de atender às exigências relacionadas à constituição e manutenção de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes/CIPA no local da prestação dos serviços, implementação de Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional/PCMSO, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais/PPRA, e observância das



demais normas reguladoras do exercício da profissão, em função de sua condição de Empregadora.

6.2.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho.

6.2.39. Acatar a fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, dirimindo todas as ocorrências.

6.2.40. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.41. Responder, na qualidade de empregador exclusivo, em juízo, ou fora dele, para todos os efeitos de direito, cabendo-lhe assumir inteira responsabilidade:

- a) por todos os atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho;
- b) por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre a CONTRATADA e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja no âmbito trabalhista, previdenciário, social, de caráter securitário ou qualquer outro, obrigando-se a saldá-los na época própria;
- c) por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas em dependências do TRIBUNAL;
- d) pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil e administrativa, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- e) pelas multas e indenizações aplicadas ao TRIBUNAL por autoridade competente, pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por qualquer outro órgão fiscalizador dos serviços contratados, em decorrência:
 - do descumprimento das obrigações relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e comerciais resultantes da execução do contrato;
 - do descumprimento da legislação específica, de regulamentos e de posturas municipais; e,
 - da inobservância, por parte de seus profissionais, de leis, decretos, normas de segurança do trabalho, regulamentos e posturas municipais.
- f) pela violação de sigilo dos documentos, processo e assuntos internos do TRIBUNAL;
- g) pelo uso indevido de informações sigilosas, ou de uso restrito;
- h) por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRIBUNAL, provocados por ineficiência ou irregularidades na execução dos serviços ora contratados;
- i) por quaisquer danos materiais ou pessoais, direta ou indiretamente, ocasionados ao TRIBUNAL, ao seu patrimônio, a CONTRATADA, ou a terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados ou PREPOSTO, na execução dos serviços, ou na área de prestação de serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste termo, sendo sua obrigação:
 - I - avisar ao TRIBUNAL, imediatamente, após tomar conhecimento da ocorrência, qualquer avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade, ou que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, do TRIBUNAL, ou de terceiro;
 - II - apurar, sem prejuízo das providências adotadas pela Administração, o envolvimento de seus profissionais nas ocorrências relacionadas com avaria ou extravio de bens nas dependências do TRIBUNAL, inclusive nas situações descritas anteriormente;
 - III - guardar, segurar e proteger todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, de propriedade da CONTRATADA, utilizados nos serviços; e,



- IV - manter conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, de forma que eles se apresentem em perfeitas condições de uso.

6.2.42. Conceder adiantamento financeiro aos profissionais envolvidos na contratação, para fazer face às despesas em viagem, no período que estiver consignado no formulário “Autorização de Viagem para Terceirizados”.

6.2.42.1. As despesas em viagem correspondem àquelas despendidas com alimentação e hospedagem pelos profissionais que, em razão do serviço, necessitam se deslocar de sua sede, no valor máximo de R\$100,00 (cem reais), por dia.

6.2.42.2. As despesas referidas deverão ser aprovadas em respectiva prestação de contas.

6.2.42.3. O reembolso das despesas em viagem observará os seguintes critérios:

a) Para os efeitos deste reembolso considera-se sede o local onde o empregado está lotado para o exercício habitual de suas atividades;

b) Somente caberá reembolso de despesas de viagem quando exigir pernoite;

6.2.42.4. Despesas, tais como, telefonemas, bebidas alcoólicas e cigarros não serão reembolsáveis à CONTRATADA.

6.2.42.5. É vedado acumular para o mesmo empregado, no período de realização da viagem, o direito ao vale-lanche e o reembolso das despesas com alimentação.

6.2.42.6. Não será concedido nenhum reembolso de alimentação ou hospedagem se o empregado terceirizado dispuser de alimentação e pousada sem ônus ou incluídas em evento.

DO VALOR DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O custo total da contratação está estimado em R\$XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXX), divididos em XX (XXX) parcelas mensais de R\$XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXX) correndo à conta da Dotação Orçamentária nº **1031.02.061.723.4.224.3.3.90.37.02 - Locação de Serviços de Apoio Administrativo.**

7.1. Compõem o custo da contratação os seguintes itens:

a) GRUPO A – REMUNERAÇÃO: corresponde aos salários dos profissionais da **CONTRATADA**, acrescidos dos adicionais, nos casos específicos. Subdivide-se em:

a.1) **SUBGRUPO A.1. – SALÁRIOS, e**

a.2) **SUBGRUPO A.2 – ADICIONAIS.**

b) GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS: corresponde aos Encargos Sociais Básicos, com respectivos reflexos, devidos pela execução dos serviços contratados, cujos percentuais incidirão sobre o total do **GRUPO A – REMUNERAÇÃO.**

c) GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS – LDI: engloba as despesas administrativas, operacionais, lucro, seguro de vida em grupo, supervisão, PAT, PAF, PQM, Contribuição Assistencial Patronal, uniformes dos substitutos de férias / afastados, outras despesas (como treinamento e/ou reciclagem de pessoal, etc), incluindo todos os tributos e contribuições. O IPRJ e a CSLL não deverão ser incluídos no LDI, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram pessoalmente à **CONTRATADA**, não devendo, pois, serem repassados ao **TRIBUNAL** (Acórdão 1.595/2006 – Plenário, item 9.5.11 e Acórdão 325/2007 – Plenário, do TCU).

d) GRUPO D – DESPESAS/INSUMOS: corresponde ao reembolso das despesas com fornecimento de uniformes e EPI's.

e) GRUPO E – DESPESAS REEMBOLSÁVEIS: corresponde ao reembolso de despesas referentes ao fornecimento de vales-lanche, vales-transporte e despesas de viagem.

f) GRUPO F – RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA PAGAMENTOS FUTUROS (ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E VERBAS RESCISÓRIAS): Corresponde ao reembolso de despesas havidas substituições legais e respectivos reflexos, incidência dos encargos sociais básicos, aviso prévio indenizado e respectivos reflexos, incidência do FGTS e INSS sobre o aviso prévio indenizado, indenização adicional (art. 9º da Lei 7.238/84).

g) Grupo G – CONTA VINCULADA (Resolução CNJ nº. 098/2009): Corresponde aos encargos sociais e trabalhistas que serão contingenciados pelos percentuais abaixo, incidentes sobre a remuneração mensal dos empregados:



| Encargos Sociais | Percentuais |
|---|-------------|
| FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL | |
| 13º SALÁRIO | |
| INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS | |
| CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (FGTS – LEI COMPLEMENTAR Nº.110/01) | |
| INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (MULTA FGTS) | |

O contingenciamento será feito, mensalmente, mediante depósito em conta corrente vinculada-bloqueada aberta para tal fim.

h) GRUPO H – TRIBUTOS (% SOBRE O TOTAL MENSAL): Inclui os tributos que incidirão sobre o faturamento.

7.2. No orçamento estimado para esta contratação estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias à perfeita execução do objeto, tais como:

- a) Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras vantagens pagas aos profissionais, observadas às condições previstas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos das categorias profissionais alocadas e, se houver, em regulamento do próprio da CONTRATADA;
- b) Todos os demais componentes de custos dos serviços: lucro e despesas diretas e indiretas, além dos tributos e contribuições, e dos insumos a serem disponibilizados à execução – uniformes, treinamentos, vale-transporte, seguro de vida em grupo, plano de assistência médica entre outras exigências constantes das especificações básicas;
- c) Prêmios de seguro, fretes, taxas, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, obrigações financeiras de qualquer natureza, custo da garantia, seguro contra acidentes de trabalho, entre outras;
- d) Outros custos inerentes à natureza dos serviços contratados, observada a legislação dos órgãos responsáveis pela expedição de normas técnicas e pela fiscalização e regulação das atividades objeto deste contrato.

7.3. Para efeito de definição de salários e demais benefícios dos empregados que serão alocados pela CONTRATADA, foram adotados os pisos salariais praticados atualmente nos contratos de prestação de serviços celebrados com este Tribunal, em consonância com o valor médio de mercado, observadas ainda as Convenções Coletivas de Trabalho 2011.

DO FATURAMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA OITAVA: Para fins de conferência do TRIBUNAL, a CONTRATADA deverá encaminhar à COSERG o demonstrativo dos valores a serem faturados, correspondentes aos serviços efetivamente prestados, ou aos créditos previstos neste contrato.

8.1. A apresentação da folha analítica e sintética (impressa e eletrônica) deverá ocorrer até o 3º dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviço realizada.

8.2. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal/fatura discriminada, emitida após o primeiro e, no máximo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao da prestação realizada.

8.3. FATURA MENSAL:

8.3.1 Valor: corresponderá ao previsto no **SUBGRUPO A.1 – SALÁRIOS** (considerado o total de mão-de-obra utilizada para a prestação dos serviços contratados, deduzidas as ocorrências arroladas no mês, tais como, faltas, admissões, demissões, férias, etc.), acrescidos dos valores referentes ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS (GRUPO**



A.1 X GRUPO B), acrescidos dos valores referentes ao **GRUPO C – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS – LDI (GRUPO A.1 X GRUPO C),** dos valores (fixos) referentes ao **GRUPO D – INSUMOS**, acrescidos dos valores referentes ao **GRUPO G – CONTA VINCULADA (GRUPO A.1 X GRUPO G).** Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS.**

8.3.2 Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética (impressa e eletrônica), dos profissionais alocados, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o **TRIBUNAL**, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Relação das ocorrências do mês, como: data de início ou término do contrato de trabalho, férias, afastamentos por motivo legal, contendo o nome completo dos profissionais dos substitutos e substituídos, data de início e término da substituição, a ocupação, e relação dos profissionais que recebem benefícios do INSS, faltas e repouso semanal remunerado, com respectivos valores, contendo nome, matrícula, salário-base;
- d) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP (impressa e eletrônica), do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados alocados na contratação;

8.4 VALE-LANCHE:

8.4.1. Valor: Os vales-lanche, no valor estipulado na Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação, serão fornecidos a todos os empregados alocados na prestação de serviços, conforme quantidade de dias efetivamente trabalhados. O valor previsto em Lei, referente à participação do empregado sobre os vales-lanche fornecidos equivalerá ao percentual de 20% (vinte por cento) do valor facial mensal. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS**

8.4.2. Documentos Necessários:

- a) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-lanche de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante de fornecimento dos vales-lanche, separado por localidade da prestação de serviços.

8.5. VALE-TRANSPORTE:

8.5.1. Valor: Corresponderá à diferença entre o valor facial do vale-transporte e a participação do empregado. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS.**

8.5.2. Documentos Necessários:

- a) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-transporte de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante do depósito efetuado diretamente na conta bancária do profissional nos locais que não exista bilhetagem eletrônica ou outro meio documental hábil previamente aprovado pelo **TRIBUNAL.**

8.6. REEMBOLSO DE DESPESA DE VIAGEM:

8.6.1. Valor: Corresponderá ao pagamento das despesas reembolsáveis, aprovadas na prestação de contas, respeitando o valor diário máximo estipulado na Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS.**

8.6.2 Documentos Necessários:

- a) Formulários “Autorização de Viagem” e “Relatório de Viagem/Prestação de Contas”, devidamente preenchidos, assinados e aprovados.

8.7. HORAS EXTRAS AUTORIZADAS:



8.7.1. Valor: Corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, pela quantidade de horas praticadas. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** (Horas Extras x Grupo B – Encargos Sociais Básicos), acrescido o percentual referente ao **GRUPO G – CONTA VINCULADA** (Horas Extras x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS**.

8.7.2. Documentos Necessários:

- a) Espelho de ponto devidamente assinado pelo empregado e resumo da apuração das horas extras realizadas;
- b) Comprovante de depósito bancário.

8.8. SUBSTITUIÇÕES:

8.8.1. Valor: corresponderá ao reembolso da parcela desta rubrica, na quantidade de dias efetivamente trabalhados. Sobre o resultado serão acrescidos os percentuais das rubricas férias, abono constitucional e 13º Salário. Sobre o somatório incidirão os percentuais referentes ao **GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** (Substituição x Grupo B). Por fim, incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS**.

8.8.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário.

8.9. ADICIONAL NOTURNO:

8.9.1. Valor: corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, pela quantidade de horas praticadas. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, acrescido o percentual referente ao **GRUPO G – CONTA VINCULADA** (Adicional Noturno x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS**.

8.9.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário;

8.10. VERBAS RESCISÓRIAS:

8.10.1. Valor: O reembolso de verbas rescisórias compreenderá as seguintes rubricas com as obrigações abaixo:

- a) **AVISO PRÉVIO INDENIZADO E REFLEXOS:**, constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, acrescido do percentual de incidência do FGTS. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS**.

8.10.2. Documentos Necessários:

- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas;

9. PROCEDIMENTOS PARA LIBERAÇÃO DE VALORES DA CONTA VINCULADA:

9.1. 13º SALÁRIO:

9.1.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica, corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**. O **LICITANTE VENCEDOR** deverá efetuar o pagamento com os empregados em duas parcelas, sendo a primeira parcela no percentual de 50% em julho e a segunda parcela em dezembro.

9.1.2. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica “13º Salário”;
- b) Comprovante de Pagamento.

9.2. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL



9.2.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica, corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**.

9.2.3. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica “Férias e Abono Constitucional”;
- b) Comprovante de Pagamento.

9.3. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL / INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (Multa FGTS)

9.3.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica, corresponderá ao reembolso de 50% (cinquenta por cento) dos depósitos relativos ao FGTS (sendo 10% - Contribuição Social e 40% - Indenização por Rescisão sem Justa Causa (Multa FGTS), efetuados durante a vigência do contrato, considerando como depósito inicial o referente ao mês de competência da assinatura do contrato, em consonância com a data de admissão do profissional alocado na prestação dos serviços ora contratados.

9.3.2. Documentos Necessários:

- a) Extrato do FGTS para fins Rescisórios;
- b) Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório;
- c) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRRF;
- d) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas.

DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA: O processo de liquidação da despesa decorrerá da verificação da efetiva prestação dos serviços, tomada por prazo de execução, o que dará o direito a CONTRATADA de receber seu crédito, vedada qualquer antecipação de pagamentos ou inclusão de serviços não previstos.

9.1. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura discriminada.

9.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, nas propostas e no próprio instrumento contratual, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

9.2.1. A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências contratuais e legais, especialmente as de natureza fiscal/tributária, acrescidas das seguintes informações:

- a) Indicação do objeto do contrato;
- b) Indicação do número do contrato;
- c) Indicação, clara e precisa, dos serviços prestados; e,
- d) Destaque, conforme regulação específica, da base de cálculo, alíquota e valor das retenções incidentes - ISSQN, INSS, IRRF e outros, se houver.

9.3. O TRIBUNAL reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento da prestação de serviços contínuos após comprovação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações, cláusulas e condições deste contrato.

9.4. O ateste da fatura correspondente à prestação dos serviços caberá aos FISCAIS da contratação.

9.5. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo TRIBUNAL, através de sua Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de apresentação do documento fiscal hábil de cobrança à COSERG.

9.6. Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável.



9.7. No primeiro e último mês de vigência contratual, os valores a serem pagos pelo TRIBUNAL serão calculados “pro rata die”, pelo período da efetiva prestação dos serviços, considerando o mês comercial de 30 (trinta) dias para efetuar o cálculo.

9.8. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade da CONTRATADA junto à Seguridade Social – CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF e a Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

9.9. Na hipótese de isenção de algum dos Encargos Sociais Básicos e/ou Tributos, a CONTRATADA deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do **GRUPO B e/ou H.**

9.9.1. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término do contrato ou decisão terminativa.

9.9.2. Os valores das provisões mensais abaixo relacionadas serão glosados do faturamento mensal do contrato, de acordo com os índices estabelecidos na Planilha de Composição de Custos da Contratação e depositados em banco público oficial, em conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação -, que deverá ser aberta pela CONTRATADA em seu nome, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TRIBUNAL, de acordo com as determinações contidas na Resolução nº. 98, de 10 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça:

- a) **Férias e Abono de Férias;**
- b) **13º Salário;**
- c) **Incidência dos Encargos Sociais Básicos**
- d) **Contribuição Social (FGTS – Lei Complementar Nº.110/01;**
- e) **Indenização por rescisão sem justa causa (multa FGTS)**

9.9.3. Os saldos da conta vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro que venha a substituí-lo, de maior rentabilidade, e por acordo entre as partes.

9.9.4. A CONTRATADA poderá solicitar autorização do TRIBUNAL para resgatar os valores referentes aos custos com o pagamento de eventuais despesas/indenizações trabalhistas dos empregados que prestam serviços para este Tribunal, ocorridas durante a vigência do contrato.

9.9.5. O TRIBUNAL, por meio de seus setores competentes, expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista, a conferência dos cálculos pela unidade de auditoria e a comprovação do respectivo pagamento, a autorização de que trata o subitem anterior, que será encaminhada à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.

9.9.7. O saldo total da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do contrato, na presença de representante do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários da totalidade dos empregados alocados no Contrato.

9.9.7.1. Caso restem valores referentes às obrigações trabalhistas da CONTRATADA não revertidos em favor de seus empregados, serão os mesmos deduzidos do último faturamento.

9.10. Em se tratando de microempresas ou empresas de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, deverão ser deduzidos do **GRUPO B**, os percentuais referentes ao recolhimento das contribuições às Terceiras Entidades, conforme disposto no § 3º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

9.11. Do montante a pagar à CONTRATADA poderá o TRIBUNAL deduzir:

- a) o valor proporcional aos dias não abonados pelos profissionais da CONTRATADA; e,
- b) os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

9.12. O TRIBUNAL identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, observado que o prazo



estabelecido nesta cláusula passará a ser contado a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura devidamente corrigida.

9.13. A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pelo TRIBUNAL, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados ou fornecedores.

9.14. Caso a CONTRATADA não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao TRIBUNAL no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

9.15. O pagamento correspondente à última nota fiscal/fatura somente será liberado após o cumprimento de todas as tarefas mensais, bem como a correção de todas as pendências apuradas.

9.16. O TRIBUNAL poderá sustar os pagamentos devidos à CONTRATADA, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a) À liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b) À existência de débitos para com o TRIBUNAL, quando não coberto pela garantia contratual ou esta for insuficiente;
- c) À existência de débitos para com terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA, relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao TRIBUNAL;
- d) Ao descumprimento de obrigação relacionada ao objeto deste contrato, que possa ensejar a **responsabilização** solidária ou subsidiária do TRIBUNAL;
- e) À não apresentação da garantia de execução, ou sua apresentação de forma irregular;
- f) À comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação quanto à situação de regularidade fiscal da empresa.

9.17. As ocorrências em espécie não constituem o TRIBUNAL em mora, não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços, reservando-se o TRIBUNAL ao direito de se utilizar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, para cobrir as pendências apuradas.

9.18. O pagamento efetuado pelo TRIBUNAL não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho na prestação do serviço e de quaisquer irregularidades detectadas durante a vigência contratual.

9.19. O TRIBUNAL poderá realizar glosa de valores de serviços não realizados, na própria fatura, oficiando a CONTRATADA sobre as razões que ensejaram o desconto.

9.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Em, que:

i = taxa percentual anual no valor de 6%



9.20.1. A atualização financeira tratada neste item será incluída no faturamento seguinte ao da ocorrência e dependerá de solicitação da CONTRATADA.

9.21. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao TRIBUNAL, nem poderá onerar o objeto contratado, razão porque as partes contratantes renunciaram expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

9.22. Na hipótese do TRIBUNAL arcar com o pagamento de alguma despesa advinda de conduta que esteja sob a responsabilidade da CONTRATADA, esta se obriga a promover o respectivo ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comprovação da responsabilidade.

9.23. Caso a CONTRATADA não execute o ressarcimento dentro do prazo estipulado, o TRIBUNAL reserva-se ao direito de descontar o valor do pagamento dos créditos vincendos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

9.24. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o TRIBUNAL e os agentes, PREPOSTO, profissionais, ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução dos serviços.

DO REAJUSTAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA: O restabelecimento da relação pactuada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, dar-se-á segundo os critérios abaixo especificados:

- a) O valor referente à remuneração prevista neste termo de referência será reajustado quando ocorrer alteração dos salários das categorias, em decorrência de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, bem como por autorização do Tribunal, vedada à inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, salvo interesse desta Administração. Isso se refletirá nos grupos onde estiver prevista a incidência do valor remuneratório.
- b) O valor do vale-transporte será reajustado quando ocorrer alteração do valor da passagem do transporte coletivo do Município onde o serviço é prestado, desde que o reajuste seja homologado pelos órgãos competentes;
- c) O valor dos benefícios vale-lanche será reajustado quando ocorrer alteração em decorrência de convenção(ões) coletiva(s) de trabalho, desde que devidamente registrada(as) e homologada(s) pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG, ou ato do Poder Público.
- d) Os valores relativos aos uniformes somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

10.1. A proposta de reajuste dependerá de iniciativa da CONTRATADA, devendo ser apresentada ao TRIBUNAL, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato ensejador da variação dos componentes de custo desta contratação.

10.2. A inércia da CONTRATADA implicará a perda dos valores retroativos a que faria jus, no caso de inobservância do prazo previsto no subitem anterior.

10.3. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, após a formalização do contrato, se tornarem obrigatórias por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

10.4. A CONTRATADA deverá informar ao TRIBUNAL toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de acordos ou convenções coletivas de trabalho, durante a execução do objeto contratual.

DO PRAZO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O prazo de vigência deste termo é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.



11.1. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

11.2. No caso de prorrogação do prazo contratual, o TRIBUNAL se reserva o direito de exigir, durante todo o período de prorrogação, o mesmo atendimento prestado no decorrer da vigência do contrato inicial.

11.3. Caso a CONTRATADA não tenha interesse em renovar o contrato, deverá manifestar formalmente sua intenção ao TRIBUNAL, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o término da relação contratual.

DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A CONTRATADA apresentará ao TRIBUNAL, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da publicação do extrato deste contrato, comprovante de garantia na modalidade XXXXXXXXX, no valor de XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto, nos termos estabelecidos neste instrumento.

12.1. Aditado o contrato ou prorrogado o prazo de sua vigência, fundada no art. 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, a Contratada fica obrigada a prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada ou prestar nova garantia, observando que:

- a) o valor corresponderá a 5% (cinco por cento) da despesa estimada para o novo período de execução;
- b) a nova vigência observará os critérios estabelecidos nesta Cláusula, cabendo à CONTRATADA prestá-la ao TRIBUNAL no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

12.1.1. O TRIBUNAL reterá todos os créditos relativos à prestação dos serviços até que seja atendido o disposto no subitem anterior.

12.2. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando o TRIBUNAL autorizado a executá-la para cobrir as sanções previstas na Cláusula Décima Sétima.

12.2.1. Se o valor da garantia for utilizado para o fim do subitem anterior, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da notificação.

12.3. A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

12.4. Havendo garantia, após a execução deste contrato, competirá à CONTRATADA formular ao TRIBUNAL, por meio da DIRFIN/COFIS, o pedido de liberação ou restituição, desde que não haja no plano administrativo ou judicial qualquer pendência ou reclamação, hipótese em que ficará retida até solução final.

12.4.1. A devolução da garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades civil e penal oriundas da execução do objeto contratual.

12.5. O TRIBUNAL, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente:

- a) a CONTRATADA comunicar ao TRIBUNAL previa e justificadamente essa intenção;
- b) os GESTORES do contrato declararem inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da CONTRATADA, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA;
- c) a substituição seja por modalidade estabelecida no §1º do art. 56 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- d) a nova garantia prestada preencher os requisitos do ato convocatório e deste contrato;
- e) no caso de Fiança e Seguro-Garantia exista expressamente prevista a cobertura de eventual inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituta tenha vigência e igual à da substituída.



DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto da licitação, observados os limites dispostos no citado artigo.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: É vedado à CONTRATADA:

- 14.1.** Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira.
- 14.2.** Subcontratar o todo ou parte do serviço, sem prévia e expressa autorização do TRIBUNAL, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.
- 14.3.** Interromper a execução dos serviços sob a alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.
- 14.4.** Emitir duplicatas com base neste contrato, não se responsabilizando o TRIBUNAL, em hipótese alguma, por seu pagamento.
- 14.5.** Contratar empregado que possua parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, com magistrado ou servidor de 1ª e 2ª Instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais;
- 14.6.** Alocar trabalhador autônomo ou equiparado, para a prestação de serviços neste TRIBUNAL.
- 14.7.** Responsabilizar o TRIBUNAL por compromisso assumido com terceiros, envolvendo ou não os profissionais alocados na prestação dos serviços.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

- 15.1.** Em caso de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.
 - 15.1.1.** Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.
- 15.2.** A não-apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

- a)** Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.
- b)** Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que seja conveniente para o TRIBUNAL.
- c)** Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante a prestação dos serviços.
- 16.1.** No caso de rescisão unilateral, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo serviço já prestado até o momento da rescisão.



DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência por escrito, informando à CONTRATADA sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do faturamento mensal, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou na prestação dos serviços, ou pela inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo TRIBUNAL e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/01 e demais disposições correlatas.

d) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto nº 44.431/06 e alterações posteriores.

17.1. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

17.2. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado do pagamento eventualmente devido pela Administração e, caso não seja suficiente, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

17.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A eficácia deste Contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário Judiciário Eletrônico").

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um mesmo efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte,

PELO TRIBUNAL:

Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

PELA CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS: